

Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica

Héctor Raúl Muñoz Espinosa*

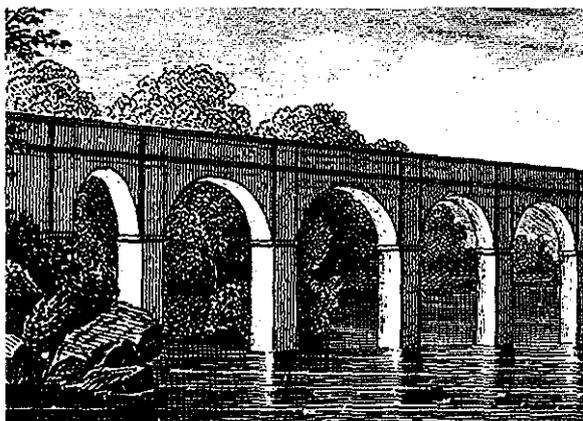
RESUMO — Este artigo salienta que, embora o conceito de desenvolvimento sustentável represente uma clara evolução do pensamento sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento nos últimos vinte anos, ele constitui uma aspiração cuja concretização ainda implica superar uma série de obstáculos conceituais e metodológicos. As soluções não são “universais”, mas próprias de cada comunidade no espaço-tempo, mediante a prática da negociação entre os diferentes atores envolvidos. Conclui que os esforços para operacionalizar o desenvolvimento sustentável, na escala planetária, são dificultados não apenas pela complexidade do tema, mas também pelos interesses estratégicos e econômicos associados ao assunto.

Palavras-chave: Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental.

ABSTRACT — This paper points out that, in spite of the sustainable development concept represents a clear evolution of thinking along the last 20 years, it is still an ideal which requires to overpass a set of conceptual and methodological problems. The solutions are not “universal”, but adequate to each community in the time-space, through the practice of the negotiations among the different involved actors. It concludes that the efforts to carry out the sustainable development at planetary level are hard not only due to the complexity of the subject, but also due to the strategic and economical issues associated to it.

Key words: Development, sustainable development, environmental management.

A notável expansão das capacidades técnico-produtivas e o acelerado crescimento demográfico mundial têm colocado em evidência, especialmente ao longo da segunda metade do presente século, que os recursos naturais e os serviços derivados deles não são ilimitados e que a sua escassez ou esgotamento constituem uma séria ameaça ao bem-estar presente e futuro da humanidade.



O crescimento econômico, na sua realidade tradicional, tem sido apontado como uma das principais causas da deterioração ambiental. De fato, o crescimento econômico que conhecemos hoje está baseado no uso intensivo da energia fóssil; no uso da água, ar e solo como receptores de dejetos; e na superexploração de ecossistemas naturais. Neste sentido, vale assinalar que 75,7% do consumo mundial de energia em 1989 foi de origem fóssil (Worldwatch Institute, 1991); “Mais de 10 bilhões de toneladas de poluentes são lançados nos oceanos do mundo sob várias formas: esgotos, sais nutrientes, substâncias radiativas, óleos, produtos químicos venenosos etc.” (Harkavy, 1992); “Pelo menos 3.000 km² das melhores terras de cultivo desaparecem a cada ano, para dar lugar a edifícios e estradas, apenas nos países desenvolvidos” (IUCN, 1980). Por ou-

* Físico, Mestre em Recursos Hídricos pela UFRGS. Especialização em Geografia/Desenvolvimento Regional na UFSC. Técnico da Divisão do Meio Ambiente da ELETROSUL.

tro lado, o crescimento econômico está associado à crescente utilização de tecnologias modernas que em muitos casos, como os agroquímicos na agricultura, podem ter efeitos ecológicos secundários negativos. Neste aspecto, em 1991, só no Estado do Paraná, aconteceram 1.187 casos de intoxicação dos quais 101 foram fatais (SEMA do PR, 1992). Assim, esse tipo de crescimento conduz à certeza da sua insustentabilidade a longo prazo, gerando dúvidas quanto à sustentabilidade dos "progressos" alcançados pela humanidade ao longo de sua história, com o conseqüente impacto sobre o bem-estar das gerações futuras. Este problema não é apenas uma questão econômica, mas também fundamentalmente, uma questão ética.

O tema em referência tem provocado intensas discussões que aconteceram nos países do Norte, num primeiro momento — década dos anos 70 —, e logo, progressivamente, praticamente em todo o mundo. Hoje em dia, a pressão social exercida em defesa da qualidade de vida, ameaçada pelas conseqüências ambientais das atividades produtivas, se manifesta em todos os continentes. A presença de mais de 130 chefes de estado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD — RIO 92), o conteúdo da "Agenda XXI" e a marcante participação das ONGs, através do FÓRUM GLOBAL paralelo à Conferência oficial, são testemunhos e reflexos do grau de conscientização planetária alcançado em relação ao assunto.

Nos países ditos "em desenvolvimento", a degradação ambiental avança mais rapidamente do que nos países ditos "desenvolvidos". As causas são complexas, mas a própria pobreza e a condição de subdesenvolvimento, num contexto de relações de dependência estabelecidas historicamente sobre bases éticas que têm conduzido à exploração dos mais fracos pelos mais fortes, são a principal causa de diferença nas velocidades de degradação. Com efeito, as obrigações urgentes que impõe o pagamento da dívida externa e as necessidades mais urgentes ainda, de simples subsistência biológica das populações mais pobres, tendem a gerar atitudes e mentalidades que procuram soluções de curto prazo, sem maiores considerações em relação ao que acontecerá nos horizontes de longo prazo. O pagamento da dívida externa, por exemplo, tem incentivado economias baseadas na exportação intensiva do "patrimônio natural" destes países. Por outro lado, o pagamento da dívida impede acelerar o crescimento e erradicar a pobreza. Na intenção de oferecer alternativas urgentes e imediatas, não têm sido raros os casos de governos que têm postergado o estabelecimento de normas ambientais ou que são pouco exigentes nesse sentido, visando atrair investimentos do capital estrangeiro. Quanto às condições de vida dos mais pobres, centenas de milhões de habitantes rurais dos países do "Sul" são obrigados a destruir recursos renováveis para garantir a simples subsistência biológica. Estima-se o número de famintos no mundo em 950 milhões de pessoas, isto é, aproximadamente um quinto da população total. Ao mesmo tempo, menos de 20% da população do planeta consome mais de 80% da produção mundial de bens. A maioria dos pobres corresponde à população dos países ditos em desenvolvimento, os quais apresentavam em 1986 um índice global de fertilidade de 4,1 filhos/mulher contra 1,7 nos países do dito primeiro mundo. Considerando-se que a taxa de equilíbrio é de 2,1 filhos/mulher, a conclusão é óbvia: o número de pobres do planeta aumentará significativamente no futuro próximo.

Apesar dos fatos assinalados e, de certa forma, justamente por eles existirem, a consciência e sensibilidade nos países em desenvolvimento, a respeito do indissolúvel binômio "meio ambiente x desenvolvimento", têm aumentado de forma notável. Neste ponto, há que se reconhecer o importante papel desempenhado pelas ONGs. Novamente, o conteúdo da "Agenda XXI" e os debates correspondentes na CNUMAD — RIO 92, no Fórum Global das ONGs e nos demais eventos paralelos à Conferência oficial, demonstram a afirmativa. Neste sentido, parafraseando a Geisse (1988), podemos dizer que a sensibilidade sócio-ambiental tem aumentado na mesma medida que o auge do modelo exportador pressiona o meio ambiente natural, a crescente concentração urbana pressiona o meio ambiente construído, e o empobrecimento pressiona o "habitat" popular.

Desenvolvimento sustentável

O verdadeiro progresso deveria ser irreversível a longo prazo, isto é, sustentável no tempo. Isto implica cuidar da base de recursos que constitui a fonte principal de matéria e energia para os processos econômicos e, em definitivo, para o sustento da vida no planeta.

A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CM MAD, 1987) definiu desenvolvimento sustentável como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades". Este conceito incorpora a conservação ambiental, além do crescimento econômico e equidade social, para julgar o desenvolvimento. Nenhum destes objetivos pode ser alcançado sem avanços simultâneos e interrelacionados com os outros dois. A conservação ambiental é entendida como "Gestão racional da utilização da biosfera, de tal sorte que produza o maior benefício sustentável para o homem" (IUCN, 1980). O crescimento econômico e a equidade social são apontados como medidas de política econômica e social para satisfazer as necessidades mais urgentes da sociedade e a melhoria de qualidade de vida do homem.

A proposta de desenvolvimento sustentável revela uma clara evolução do pensamento sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, nos últimos vinte anos. A primeira proposta conhecida sobre o tema, a proposta de "crescimento zero", baseada nos conceitos tradicionais de crescimento e ignorando as diferenças entre países, implicava aceitar uma contradição insuperável entre crescimento e conservação da natureza. Esta proposta foi seguida de outras mais otimistas, baseadas nas perspectivas do progresso tecnológico e na disposição dos diferentes atores sociais, para empreender ações concertadas visando ao equilíbrio entre crescimento e conservação ambiental. A proposta do desenvolvimento sustentável e a procura de caminhos para convertê-la em realidade representam a visão mais atualizada sobre o assunto. Com o desenvolvimento sustentável não se trata de fazer do crescimento econômico o mais compatível possível com a conservação da natureza, mas em admitir que ambos os objetivos são partes indivisíveis de uma mesma unidade. Elementos integrados de um mesmo processo. Em essência, "O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a

mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1987).

Trilhar pelo caminho do desenvolvimento sustentável é uma decisão que a sociedade tem de fazer, com os seus sistemas de organização social. O estabelecimento de acordos e compromissos dos governos e organismos institucionais, para implementar estratégias concretas de desenvolvimento sustentável, incluindo prazos para atingir as metas conveniadas e definindo as fontes dos recursos financeiros necessários, foi um dos objetivos explícitos da CNUMAD — RIO 92. Entretanto, é bom frisar alguns dos muitos problemas que têm sido apontados como obstáculos na intenção de trilhar esse caminho.

Problemas conceituais e teóricos

Um dos obstáculos assinalados é o da relatividade do conceito de desenvolvimento sustentável. Tanto nos países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, as políticas nacionais têm incorporado medidas conservacionistas visando ao controle da contaminação, conservação de recursos energéticos, controle da exploração indiscriminada de recursos naturais e da degradação ambiental. As agências encarregadas do planejamento do uso do solo, de regulação de tecnologias, de controle da contaminação e de outros esforços, que objetivam melhorar as relações das pessoas com o seu meio ambiente, se somam aos corpos burocráticos já existentes nas respectivas nações. Mas este esforço está baseado na resposta à demanda de controles ambientais específicos. Mesmo que os resultados tenham sido modestos, eles são concretos. Frente a isso, o discurso do desenvolvimento sustentável, que implica uma abordagem global — e não pontual — da problemática ambiental, aparece para muitos técnicos como algo vago ou como um interessante mas simples discurso teórico, desenvolvido conceitualmente, de impossível, ou pelo menos difícil, operacionalização prática.

Conceitualmente, um grande obstáculo é a falta de consenso a respeito do que deve ser entendido por desenvolvimento sustentável. Para começar, a expressão apresenta ambigüidade nos termos: o que é aquilo que pode sustentar-se e desenvolver-se ao mesmo tempo? O objeto direto da sustentabilidade tem significado distinto para os diferentes interlocutores. Os ambientalistas querem é sustentar o ambiente natural. Os consumidores querem manter o consumo. Os trabalhadores querem conservar os seus empregos. Enquanto o conceito tiver significados distintos para diferentes pessoas, poderá contar com muitos defensores, mas as decisões políticas necessárias à sua implantação serão prejudicadas (Norgaard, 1988). A solução do problema passa pelo reconhecimento de que as sociedades de cada país ou regiões internas a eles, devem precisar o significado da expressão, dentro dos graus de liberdade que permitem os três objetivos, explicitados em parágrafos anteriores. Isso pressupõe o exercício de uma democracia participativa.

Em tese, o desenvolvimento sustentável, deveria medir-se mediante o parâmetro “qualidade de vida”, mas isso é uma coisa complexa, não isenta de subjetividades e onde teria de incluir aspectos correspondentes a planos muito distintos. De fato, do ponto de vista teórico, o maior problema, conforme apontado por diversos autores, é a falta

de indicadores para medir o desenvolvimento sustentável, pois cada um dos três objetivos que o definem se mede com parâmetros qualitativamente diferentes, implicando um problema metodológico já na própria definição do objeto. Com efeito, os três grandes elementos que, em teoria, conduziram ao desenvolvimento sustentável são: o crescimento econômico, medido em termos monetários; a equidade, medida mediante parâmetros sociais; e a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, medida com base em parâmetros físico-bióticos. A falta de um indicador global e a tradição quanto ao tratamento dos três aspectos por especialistas de formação setorial, tendem, muitas vezes, a fazer do assunto um verdadeiro “diálogo de surdos”.

Outro ponto para se salientar é o fato do desenvolvimento sustentável implicar satisfazer, simultaneamente, três tipos de aspirações que, no curto prazo, se apresentam como conflitantes. A solução ideal em cada caso é, provavelmente, algo intermediário em que nenhum dos objetivos considerados separadamente atinge o ótimo, mas em que todas as pessoas, no dizer de Dourojeanni (1991), tenham a possibilidade de “ser” algo.

Necessidade de sistemas de planejamento e gestão adequados

Desenvolvimento sustentável é uma expressão que reflete uma grande aspiração da sociedade, mas que não é facilmente alcançável. De certa forma, as aspirações implícitas, como objetivos do desenvolvimento sustentável, superam as capacidades regionais de gestão. Aspira-se, por exemplo, a um sistema de planejamento integrado e de gestão participativa. Aspira-se também a um manejo integrado dos recursos naturais. Na América Latina e na maioria das regiões do planeta, não há tradição nesta linha. No Brasil, o planejamento tem sido tradicionalmente setorial, com carências muito significativas de coordenação e integração intersetoriais. Quanto ao manejo, mal sabemos lidar com apenas um recurso. Uma grande quantidade de experiências de manejo de águas, florestas, pesca e outros, têm conduzido a problemas grandes e resultados parcos. Como, então, abordar o manejo integrado, muito mais complexo? Por outro lado, conhece-se muito pouco a respeito de como as variáveis, que fazem parte de um dos três objetivos do desenvolvimento sustentável, influem nos outros objetivos. Assim, em geral, o gestor tem de tomar decisões cujas conseqüências ficam conhecidas só após elas serem implementadas. Percebe-se neste ponto, a grande importância que têm as tecnologias de gestão para a operacionalização de estratégias de desenvolvimento sustentável e a importância dos sistemas de avaliação de impactos ambientais, como instrumentos necessários à gestão racional. De fato, um dos grandes desafios que enfrentam os governos e a sociedade, em geral, é o de desenvolver e usar sistemas de gestão, capazes de fomentar e conciliar os três objetivos do desenvolvimento sustentável, numa realidade complexa, com critérios e modelos culturais distintos (Dourojeanni, 1991).

Face ao espaço de conflitos que os três objetivos do desenvolvimento sustentável configuram, normalmente, no curto prazo, a lógica e os conhecimentos hoje disponíveis, nos conduzem ao entendimento de que as soluções não são únicas nem de validade universal. Assim, em cada país ou região, a definição do ideal de desenvolvimento sustentável

vel deveria ser o resultado das transações entre os diferentes atores sociais envolvidos. Em resumo, as formas concretas para atingir o ideal são próprias de cada comunidade no espaço-tempo e os sistemas de gestão para atingi-lo requerem da prática da negociação o instrumento participativo de solução de conflitos.

As transações serão mais justas na medida que os diferentes intervenientes conheçam bem o significado e o valor dos elementos em jogo. Mas o problema é que este valor, nem sempre pode ser medido em unidades econômicas. Como atribuir valor econômico a um patrimônio paisagístico, à biodiversidade ou a um cemitério rural que deve ser relocado por causa da construção de uma barragem? Grandes esforços deverão ser feitos na busca de soluções para essas questões. De qualquer forma, uma coisa é clara: a equidade só se alcança na base de tratativas praticadas com ética e conhecimentos.

Contabilidade ambiental

Um outro problema na mesma linha, é que o sistema das grandes contas nacionais não considera as "perdas" de patrimônio natural nos cálculos do produto interno. Como consequência, o sistema não faz discriminações entre o crescimento sustentável e outro imediatista, sem sustentação no tempo.

Influenciado pelo pensamento keynesiano e pelos acontecimentos econômicos dos anos trinta, o sistema de contas nacionais, desenvolvido e consolidado no âmbito da comunidade internacional de nações, desenvolveu-se com o objetivo de medir a evolução a curto prazo dos principais agregados macroeconômicos: produção, investimento, consumo etc. Longe estava a preocupação com a escassez de recursos naturais e a degradação do meio ambiente. A consciência atual sobre o assunto sugere uma revisão do sistema. Hoje em dia, trata-se de incluir nele indicadores sociais e ecológicos.

Os recursos naturais são vitais para a maioria das economias ditas em desenvolvimento, cujas exportações são, em geral, produtos intensivos desse tipo de recursos. Porém, usam um sistema de informações econômicas que não considera as variações de patrimônio natural no cálculo do produto nacional. Conforme salientado por Robert Repetto, do World Resources Institute, de Washington, o perigo dessa situação é que "um país pode esgotar os seus recursos minerais, derrubar as suas florestas, erodir os seus solos, contaminar suas águas, extinguir sua vida silvestre e potencial pesqueiro, sem que a medida do produto nacional se veja afetada pela perda desses ativos". Essa omissão de "bens naturais" nos cálculos dos indicadores induz a erros na interpretação dos processos de crescimento econômico e prejudica as decisões políticas em prol do desenvolvimento sustentável.

Dentre as soluções apontadas para o problema, destaca-se a proposta de adotar os conceitos de "Produto Interno Bruto Sustentável (PIBS)" e "Produto Interno Líquido Sustentável (PILS)". Entretanto, existe muita controvérsia sobre como operacionalizar essa idéia. Com efeito, a avaliação dos "custos ambientais" implica vários problemas. Por um lado, é muito difícil realizar "medições" nessa área. Por outro, não existe consenso a respeito de quais as coisas que deveriam ser incluídas nas eventuais medidas. No caso de uma atividade produtiva, por exemplo:

o custo de recuperação do meio ambiente à sua condição anterior ou o preço que os consumidores podem estar dispostos a pagar para melhorar a qualidade ambiental. Somado a isso está o problema de que a perda de elementos de ambiência, tais como os referentes a valores paisagísticos e de patrimônio histórico-cultural, que dependendo de cada caso podem ser muito importantes e significativos para as comunidades atingidas, simplesmente não podem ser expressos como parâmetros econométricos.

No Brasil, o tema em questão tem sido estudado no Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). Foi tratado também no âmbito da CNUMAD — RIO 92 e num seminário internacional organizado pela ECOTROPIC, uma das ONGs participantes no Fórum Global paralelo à CNUMAD, de junho 92. Esta entidade, fundada no Brasil, propõe-se a continuar trabalhando sobre o tema, em âmbito internacional, com a participação dos seus quadros em diversos países do planeta.

Alguns países tentam evitar um balanço negativo na questão da sustentabilidade, mediante uma política de importações e de investimentos externos, que lhes permitem a preservação do seu próprio meio natural. O Japão, por exemplo, compra alumínio dos países do Hemisfério Sul, após o beneficiamento primário do minério que é, justamente, o mais eletrointensivo e de maior geração de entropia.

Necessidade de uma nova ética, planetária e solidária

As discussões na RIO 92 e nos eventos paralelos, permitiram evidenciar o grau de consciência que hoje existe no sentido do desenvolvimento sustentável não depender apenas de uma boa gestão nacional ou regional, mas também, e em grande medida, de fatores e relações externas. De fato, o paradigma de desenvolvimento a que aspira a humanidade, implica, necessariamente, uma consciência ética e solidariedade planetárias. Conforme apontado no Relatório do Brasil para a 2.ª CNUMAD, "o desenvolvimento sustentável em âmbito mundial pressupõe uma nova divisão internacional do trabalho, que implica uma profunda reconversão industrial, a alteração dos hábitos de consumo dos países desenvolvidos e uma maior solidariedade internacional no sentido de viabilizar o acesso dos países menos desenvolvidos aos avanços científicos e tecnológicos". Mas, assim como a CNUMAD — RIO 92 evidenciou consenso quanto à necessidade de preservar o planeta, evidenciou também que não há consenso em pontos operacionais chave, tais como os referentes ao pagamento da "conta" da sustentabilidade global. O problema de fundo é refletido nas discussões a respeito das medidas necessárias para atingir o objetivo da equidade social, tais como a reversão do fluxo líquido de recursos econômicos do Sul pobre para o Norte rico.

Os países em desenvolvimento dificilmente terão condições de "sustentar" sozinhos o desenvolvimento sustentável nacional no curto prazo. O problema dos garimpos no Brasil, por exemplo, é muito sério, entre outros motivos, pela grande devastação ambiental que a atividade implica na forma como é praticada. Entretanto, o caso dos garimpeiros não pode ser visto como um simples "caso de polícia". Muitos deles estão nessa atividade porque são pessoas marginalizadas do mercado convencional de trabalho. Neste sentido, proibir os garimpos deveria implicar ofere-

cer alternativas de subsistência. Para isso, o país requer recursos financeiros adicionais.

Em âmbito internacional, o fim da guerra fria fez pensar na possibilidade dos países pobres contar com parte dos recursos anteriormente destinados para fins bélicos. Conforme salientado pelo secretário-geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, nos últimos anos tem-se produzido um enriquecimento do conceito de desenvolvimento. Como parte desse processo, a segurança nacional e a segurança coletiva, em geral, estariam sendo consideradas cada vez menos como uma questão militar a cada vez mais como uma questão econômico-ecológica. Neste sentido, parte dos gastos militares tradicionalmente justificados como elementos de segurança, deve se reconverter para projetos de desenvolvimento planetário.

Só os Estados Unidos gastam 240 bilhões de dólares anuais nos seus sistemas de defesa. Isso equivale a, aproximadamente, 60% do PIB brasileiro. A lógica (ou a cãndida esperança?) faz supor que parte substancial desses recursos poderia passar a ser destinada para auxiliar os esforços de desenvolvimento sustentável nos países pobres. Mas, naturalmente, pelas transformações que o assunto implica, não se trata de tarefa fácil. Apesar do apelo do discurso e da simpatia gerada pelo objetivo declarado, esse tipo de medida haverá de contar com sérios obstáculos e resistências para sua implantação. Para se tornar uma realidade, deverá ser processada de forma gradual para administrar adequadamente os reflexos econômicos, sociais e político-culturais nos Estados Unidos e demais países que adiram a essa prática. Contudo, a história mostra que, quando as tensões se maximizam, as evoluções graduais podem ser sobrepassadas por rupturas e revoluções. Os esforços que hoje se fazem em prol de um estado de "bem-estar sócio-ambiental" para a humanidade como conjunto, visam justamente a evitar que a situação atinja um ponto de explosão irreversível.

Conclusão

A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável na escala planetária, requer ainda grandes esforços metodológicos para sua operacionalização. Esforços dificultados não apenas pela complexidade teórica do tema, mas também, e principalmente, pelos interesses estratégicos e econômicos associados ao assunto.

Fica claro, entretanto, que é válido e necessário tentar trilhar na prática o caminho do desenvolvimento sustentável. Mas, para isso, é necessário desenvolver sistemas de gestão, que permitam a tomada de decisões apesar de todos os problemas e incertezas apontados. Sistemas de gestão que funcionem em todos os níveis possíveis de organização social e que, para ser eficientes e eficazes, não devem ser interpretados como sinônimo de instrumentos pesados e opressivos, que impeçam o exercício da democracia participativa, da mesma forma que não devem ser entendidos como sinônimo de um sistema de assembleísmo permanente como requisito, para qualquer tomada de decisão. Neste sentido, nunca é demais lembrar que o tamanho do espaço de gestão é definido muito mais pela capacidade dos homens para exercer essa função, que pelos limites físicos, biológicos, econômicos, ecológicos ou de qualquer outro tipo. E que o mecanismo adotado por eles para exercer a gestão, depende do tipo de problema a ser

resolvido e das características específicas dos atores envolvidos.

Referências

- COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CIMA) — *O desafio do desenvolvimento sustentável. Relatório do Brasil para a CNUMAD*. Secretaria de Imprensa da Presidência da República. Brasília, dez. 1992.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD) — *Nosso futuro comum*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.
- DOUROJEANNI, A. — *Procedimientos de gestión para el desarrollo sustentable*. CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Santiago, 1991.
- GOMEZ-LOBO, A. — *Desarrollo sostenible y cuentas nacionales: aspectos metodológicos y su relevancia para Chile. Ambiente y Desarrollo*. Vol. V, nº 3; pp. 89-106, Santiago, Chile, dic. 1989.
- HARKAVY, A.O. — A conferência das N.U. Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a sobrevivência da Terra: O INÍCIO DE UMA NOVA ERA. IN: *CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO GREEN PRESS*. Belo Horizonte, Brasil, Maio 1992.
- UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IUCN) — *Estratégia Mundial para a Conservação: a conservação dos recursos vivos para um desenvolvimento sustentado*. CESP, São Paulo, 1984.
- NOORGARD, R. — *Los desafíos de la política de desarrollo sustentable. Ambiente y Desarrollo*. Vol. IV, nº 3, pp. 25-40, Santiago, Chile, 1988.
- SP ECO 92 — Seminários, debates e mesas-redondas sobre a "A Nova Ordem Mundial", São Paulo, Junho 1992.

